

Plataforma dos Centros Urbanos

O que é a Plataforma dos Centros Urbanos?

É uma iniciativa nacional de articulação, fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas, programas e ações voltados para a garantia dos direitos de cada criança e de cada adolescente que vivem nos centros urbanos.

Como a Plataforma acontece?

A Plataforma acontece por meio do desenvolvimento de estratégias complementares:

- **Articulação política** dos diferentes atores sociais para que atuem de forma conjunta e sinérgica na promoção de políticas públicas, programas e ações capazes de reduzir as desigualdades e democratizar o acesso de criança e adolescentes a serviços e oportunidades;
- **Mobilização social** de governos (nos níveis federal, estadual e municipal), organizações nacionais e internacionais, empresas, universidades, mídia, famílias e sociedade em geral, incluindo as próprias crianças e os próprios adolescentes, para que contribuam com a garantia dos direitos da infância e adolescência na sua cidade.

É importante destacar aqui a participação de meninas e meninos das comunidades por meio do seu envolvimento direto na realização de ações de mobilização social, formulação e controle de políticas, programas e investimentos voltados à garantia de seus próprios direitos;

- **Desenvolvimento de capacidades** dos agentes que atuam na área da infância e adolescência, com o intuito de melhorar programas e serviços e atender aos desafios e às necessidades de cada criança e adolescente;
- **Monitoramento e avaliação** da situação de meninos e meninas, especialmente dos que vivem em comunidades populares, com base em 20 metas municipais e 30 metas comunitárias;
- **Reconhecimento** das prefeituras que alcançarem as metas municipais e das comunidades populares que desenvolverem seus planos de ação e avançarem nas metas comunitárias. O UNICEF concederá uma certificação internacional para os atores que mais se aproximarem dessas metas.

Como vai funcionar a Plataforma?

A Plataforma tem quatro dimensões, que atuam de forma sinérgica:

– Em âmbito nacional, por meio do Grupo Articulador Nacional, que será integrado por representantes do governo federal, governos estaduais, governos municipais, Frente Parlamentar pela Infância, sociedade civil e setor privado. Esse grupo será responsável pela construção de uma estratégia nacional para a Plataforma, pelo acompanhamento e avaliação do impacto na garantia dos direitos e na vida da comunidade e pela construção de um processo de mobilização nacional em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes das comunidades populares dos centros urbanos.

– Em nível estadual, estão sendo desenvolvidas estratégias que contam com o compromisso dos governos dos Estados.

- Em nível municipal, serão formados Comitês Municipais, integrados pelas secretarias municipais e estaduais das áreas sociais, por organizações não governamentais, por representantes dos Grupos Articuladores Locais, de empresas e da mídia.
- Em nível local, a iniciativa contará com os Grupos Articuladores Locais, formados por integrantes das próprias comunidades.

Quais são os objetivos?

O objetivo da Plataforma é reduzir as disparidades sociais que caracterizam os territórios urbanos e geram um impacto negativo principalmente na vida das crianças e dos adolescentes que têm seus direitos mais violados.

Com isso, a iniciativa pretende contribuir para que cada criança e cada adolescente que vivem em comunidades populares de centros urbanos brasileiros tenham seus direitos protegidos, respeitados e garantidos.

Qual é o diferencial da Plataforma em relação a outros projetos de garantia dos direitos de crianças e adolescentes realizados nos centros urbanos?

A Plataforma propõe uma nova maneira de fazer política pública para a infância e a adolescência nos centros urbanos.

Na Plataforma, as comunidades não são vistas como o problema, mas como parte da solução, que deve ser buscada de forma conjunta por governos, sociedade civil, empresas e as próprias comunidades.

A iniciativa parte da ideia de que, para reduzir disparidades que afetam crianças, adolescentes e suas famílias nas comunidades populares, é preciso envolver todos os atores nos níveis municipal, estadual e federal e as próprias comunidades, especialmente meninas e meninos que vivem nelas.

Dessa forma, adota uma perspectiva integrada e sinérgica, baseada na corresponsabilidade, no diálogo e na complementaridade entre todos.

Quais são as metas da Plataforma?

A Plataforma definiu 20 metas municipais e 30 metas comunitárias nas áreas da educação, saúde, assistência social e proteção. Essas metas, pactuadas com diferentes atores sociais urbanos, serão geradoras de um ciclo de ações de alcance local e de alcance municipal que deverão contribuir para reduzir as disparidades intraurbanas.

Com o objetivo de mobilizar a sociedade e os governos para uma atuação sempre mais consistente, o UNICEF vai monitorar os resultados alcançados por essas ações, destacando avanços alcançados e obstáculos a ser superados e reconhecendo, publicamente, as Prefeituras, os Grupos Articuladores Locais e os atores sociais que mais se destacarem no alcance dessas metas.

Quando a Plataforma chegará a outras cidades brasileiras?

O UNICEF vai desenvolver a metodologia da Plataforma, e a expectativa é obter os primeiros resultados em 2010. Esses resultados serão, então, discutidos com o Grupo Articulador Nacional e, a partir daí, será definida a estratégia de expansão da Plataforma para outras cidades do País.

Quem integra e o que faz o Grupo Articulador Nacional?

O Grupo Articulador Nacional será integrado por representantes do governo federal, governos estaduais, governos municipais, Frente Parlamentar pela Infância, sociedade civil e setor privado.

Além de ser responsável pela construção da estratégia nacional da iniciativa, esse grupo vai acompanhar a implementação da Plataforma, avaliar seu impacto na garantia dos direitos e na vida da comunidade e construir um processo de mobilização nacional em torno dos direitos das crianças e dos adolescentes das comunidades populares dos grandes centros urbanos.

Quem já está participando da Plataforma?

Parceiros governamentais: Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Justiça, da Educação e do Esporte; Governo do Estado de São Paulo, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade de São Paulo, Prefeitura de Itaquaquecetuba.

Aliados: British Airways (Programa Change for Good), Fundação Itaú Social, Kimberly-Clark.

Parceiros: BT e United Nations Trust Fund for Human Security (UNTFHS).

Apoiadores: Fundação Bradesco, Nova S/B, Caravana do Esporte, Caravana da Música.

Parceiros técnicos: Ação Educativa, Bem TV, Cedaps, Cenpec, Cieds, Instituto Paulo Montenegro e Projeto/Revista Viração.

Como participar?

Depende do perfil pessoa ou instituições interessadas em fazer parte da iniciativa:

- As Secretarias Municipais e Estaduais poderão articular-se com Plataforma, unir-se aos Grupos Articuladores e fortalecê-los, para aumentar e melhorar a cobertura de seus serviços, programas e projetos, fazendo com que eles cheguem às crianças e aos adolescentes que mais precisam deles.
- As ONGs e movimentos sociais que têm conhecimentos, metodologias e materiais educativos sobre temas importantes para a infância poderão articular-se com Plataforma, unir-se aos Grupos Articuladores e fortalecê-los, para ampliar o alcance de suas ações e torná-las mais efetivas.
- Os empresários que desejam contribuir localmente, ou de forma a alcançar a cidade inteira, encontrarão na Plataforma novas alternativas para exercer, aprimorar e monitorar os resultados de suas ações de responsabilidade social.
- Individualmente, cada cidadã ou cidadão poderá contribuir para as ações dos Grupos Articuladores da forma que lhe for possível e conveniente.
- As universidades poderão articular-se com a Plataforma para fazer chegar às comunidades populares suas atividades de extensão.
- A mídia e os profissionais da comunicação encontrarão na Plataforma fontes de informação importante que lhes permitirão dar voz às crianças e aos adolescentes das comunidades populares, para saber o que eles pensam de sua situação e da vida na cidade.